

A GEOPOLÍTICA DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

THE GEOPOLITICS OF PRODUCTION AND CIRCULATION OF KNOWLEDGE

Joaquim A. P. Pinheiro*

Resumo: Este artigo argumenta que a produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas, em grande parte, organizam-se a partir de hierarquias entre centro e periferia. O objetivo é investigar como o conhecimento científico é legitimado segundo lugares e sujeitos da produção de conhecimento, mediante a relação geopolítica entre centro e periferia. Para isso, foi realizado diálogo teórico e empírico com autoras e autores do Sul Global, principalmente os(as) que analisam a estruturação de modos de pensar e conhecer a realidade diante das relações de poder e saber. Inicialmente o trabalho reflete sobre o lugar geopolítico que pesquisadores e pesquisadoras assumem na observação e interpretação de contextos. Em seguida, contextualiza o debate a partir das hierarquias entre centro e periferia e as possibilidades para romper essa assimetria. Conclui que fazer ciência na atualidade requer compreender criticamente as relações assimétricas entre centro e periferia na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam.

Palavras-chave: Geopolítica do conhecimento. Centro-periferia. Teoria do conhecimento.

Abstract: This article argues that the production and circulation of knowledge in the human sciences, in large part, is organized from hierarchies between center and periphery. The objective is to analyze how scientific knowledge is legitimized from places and subjects of knowledge production based on the geopolitical relationship between center and periphery. The paper was carried out through theoretical and empirical dialogue with authors from the Global South, mainly, who analyze the structuring of ways of thinking and knowing reality based on relations of power and knowledge. Initially, it analyzes the geopolitical place that researchers assume in the observation and interpretation of contexts. Then, it contextualizes the debate from the hierarchies between center and periphery and the possibilities to break this asymmetry. It concludes that doing science today requires a critical understanding of the asymmetric relationships between center and periphery in the production of knowledge, as well as the assumptions of disputed positions and geopolitical interpretations that structure them.

Keywords: Geopolitics of knowledge. Center-periphery. Theory of knowledge.

* Doutor em Sociologia, mestre em Educação Brasileira, cientista social e engenheiro agrônomo. Atualmente é professor colaborador do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília – FUP/UnB e pesquisador em projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF. E-mail: joaquimpinhopinheiro@gmail.com

1 Introdução

Este trabalho organiza-se a partir da noção de hierarquias cognitivas que indicam relações entre sujeitos e lugares de produção e reprodução do conhecimento. A noção foi elaborada por diferentes autoras e autores como pensamento abissal (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004), colonialidade do saber (QUIJANO, 2005), assimetrias do conhecimento (CONNELL, 2007), entre outros. Ela organiza a relação de autoridade e subalternidade nos processos de elaboração e difusão do conhecimento. Nessas hierarquias estão posicionadas perspectivas acerca dos usos da teoria, da metodologia e de recorte empírico. A posição superior referencia-se no que é aceito pelo *mainstream* e por ele é definido hegemonicamente como superior e original, segundo uma posição teórica, pelo uso do método científico ou a partir do lugar geopolítico de centro de produção e difusão do conhecimento. Do outro lado da hierarquia está a posição considerada inferior e reprodutora de teorias e metodologias. Além disso, a pesquisa, nessa posição, restringe-se ao uso de quadros teóricos reconhecidos, a estudos empíricos ou a registro de práticas e interpretação das realidades locais cujo lugar geopolítico de produção do conhecimento é a periferia.

Este artigo argumenta que a produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas são hegemonicamente organizadas a partir de hierarquias cognitivas entre centro e periferia. O objetivo é analisar como o conhecimento científico se legitima pelo nexos entre lugares e sujeitos da produção de conhecimento e a partir da relação geopolítica. O trabalho estrutura-se em duas partes. A primeira analisa a geopolítica da produção e circulação do conhecimento nas ciências humanas. A segunda parte explora as relações centro e periferia na produção e divulgação do conhecimento acadêmico. Fazer ciência na atualidade requer compreensão crítica das relações assimétricas entre centro e periferia na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam.

2 A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento nas ciências humanas

As ciências humanas são construídas pelo diálogo entre intérpretes dos processos sociais e sua audiência, seus pares e a sociedade em geral. O diálogo é mediado pelas referências que utilizam e os contextos que se analisam. A densidade analítica das pesquisas e a das interpretações realizadas darão a dimensão do alcance desse diálogo. Entretanto há uma tensão nessa mediação a partir do lugar de onde se fala, para quem fala e quais teorias utilizam-se para apoiar a argumentação (MARTÍN, 2014). Esse sentido do processo aponta para a relevância da geopolítica do conhecimento na produção e circulação do conhecimento, pois relaciona o lugar geográfico no qual estão os sujeitos da elaboração do conhecimento às disputas de poder e reconhecimento. A noção de poder utilizada nessa reflexão destaca as diversas assimetrias produzidas a partir da distinção dos contextos de origem ou de filiação institucional aos quais pesquisadoras e pesquisadores estão vinculados e o alcance do reconhecimento produzido.

Esta seção analisa o problema dos lugares de produção do conhecimento nas ciências humanas e dialoga com perspectivas analíticas que discutem a geopolítica da produção e circulação

do conhecimento. Tais perspectivas contribuem para compreender o contexto pesquisado ao se situar em movimentos teóricos contemporâneos e emergentes que analisam as assimetrias na produção e na circulação do conhecimento em âmbito mundial. Teóricas e teóricos que estão nesse campo de debate contribuem para compreender as permanências e as rupturas com os modelos estabelecidos na tradição acadêmica e entender as assimetrias na produção do conhecimento em contextos centrais e periféricos.

Connell (2007) traça um cenário da produção de teoria social a partir da assimetria na divisão internacional do trabalho intelectual¹ entre as antigas colônias, os atuais países periféricos, como lugares de coleta de dados, estudos empíricos e aplicação de teorias, e a metrópole, países centrais da Europa e Estados Unidos, considerados os lugares de produção de conhecimento teórico por excelência. A autora considera que a teoria proveniente dessa divisão é distribuída por redes de instituições globais nas quais estão incluídas universidades, organizações científicas, periódicos e agências de desenvolvimento. A partir dessa rede estrutura-se a hegemonia do conhecimento produzido no centro, ressalta Connell (2007).

A autora salienta que uma narrativa do progresso se difundiu da metrópole para a colônia. A ciência social preocupou-se, na sua fundação, em analisar o progresso evolutivo das sociedades e estabelecer hierarquias entre populações e seus contextos. Para isso, constituiu um corpo teórico de referência como um cânone, um conjunto privilegiado de obras que definiu o campo de conhecimento a partir de conceitos, interpretações e reinterpretações. A teoria estabelecida pelo cânone tornou-se a lente de observação e interpretação da realidade (CONNELL, 2007).

A referência em cânones e o método comparativo orientam o fazer pesquisa nas ciências sociais de modo geral na atualidade. A comparação é a maneira para destacar um modelo de sociedade a ser alcançada, além de consolidar um fluxo unidirecional de informação como “capacidade de examinar uma gama de sociedades a partir do exterior e com capacidade de circular livremente de uma sociedade para outra” (CONNELL, 2007, p. 12). Assim, a ciência produzida nos países centrais, locais sociais específicos, tornou-se padrão civilizacional para diferentes populações e realidades do mundo (CONNELL, 2007).

A periferia muitas vezes é uma fonte de dados para interpretação e produção de teorias por pesquisadoras e pesquisadores do centro. Connell (2007) aponta dois casos emblemáticos para compreender essa relação na produção do conhecimento. As situações refletem como teorias canônicas foram produzidas a partir da análise de dados empíricos de contextos sociais periféricos.

O primeiro caso é o livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, do francês Émile Durkheim, uma das obras fundadoras da sociologia. A base empírica do livro foi a etnografia sobre o povo Arrernte, população originária da Austrália, no final do século XIX, escrito por Francis James Gillen e Walter Baldwin Spencer². Os registros foram coletados por Gillen durante as jornadas em que ele acompanhava pastores e mineiros na ocupação colonial da Austrália. A

¹ Connell (2007) identifica a análise do sistema-mundo de Wallerstein (2011) para compreender divisão internacional do trabalho intelectual.

² Spencer foi professor de biologia na Universidade de Melbourne, e Gillen ocupou o cargo de oficial de telégrafo.

obra escrita por Spencer e Gillen foi lida com interesse na Europa e rapidamente se tornou o ícone do primitivo do velho continente sobre o povo sobre o qual o Ocidente poderia projetar suas próprias teorias de origem (AUSTIN-BROOS, 2009).

O segundo caso é o clássico estudo de Pierre Bourdieu sobre o povo Kabila. A pesquisa que fundamentou o trabalho foi realizada quando Bourdieu era soldado do exército francês durante a ocupação colonial da Argélia. O autor produziu o denso artigo “A casa de Kabila ou o mundo às avessas”, em que descreve a organização social desse povo de origem argelina. A análise realizada por Bourdieu apresenta os fundamentos para a posterior elaboração do estruturalismo genético. As teorias provenientes da interpretação desses dados e os livros resultantes tornaram-se cânones mundialmente reconhecidos na sociologia.

Os dois casos acima ressaltam o fluxo periferia-centro-periferia na produção do conhecimento sociológico e a apropriação dos contextos periféricos como fonte de dados, sua utilização como base de reflexões, a posterior produção de teorias nos centros e a utilização destas como “caixa de ferramentas” para interpretar os contextos sociais da periferia. A atualização desse fluxo é o esquecimento intencional da capacidade de suas acadêmicas e acadêmicos locais de produzir teoria a partir da interpretação de suas realidades. Essa relação encarna a resposta intelectual da metrópole ao mundo colonizado (CONNELL, 2007). A relação ressalta a

lógica comum em que um sistema de categorias é criado por intelectuais metropolitanos e lido posteriormente fora pelas sociedades da periferia, para onde as categorias retornaram para serem preenchidas empiricamente (CONNELL, 2007, p. 66).

A fundação desse processo é analisada por Syed Alatas³ (1977) pelo “mito do nativo preguiçoso”, dos conceitos de “imperialismo intelectual” e de “mente cativa”, analisados a seguir. O mito do nativo preguiçoso resulta da análise que o autor faz do colonialismo no cenário asiático a partir dos conceitos de ideologia e capitalismo colonial, propostos na sociologia do conhecimento de Mannheim. Syed Alatas alerta que utiliza o conceito de ideologia no sentido de influência negativa, tendência distorcida, acrítica e inconsistente que surge como modo de pensar de um estudioso que se apega inconscientemente à ideologia dominante. O colonialismo, por sua vez, é “não apenas uma extensão da soberania e do controle de uma nação e de seu governo para outra, mas também um controle da mente dos conquistados ou subordinados” (ALATAS, 1977, p. 17).

A ideologia colonial utilizou o mito do nativo preguiçoso para justificar práticas de exploração do trabalho nas colônias, informa Syed Alatas (1977). Esse mito é apresentado pelo autor como “uma imagem negativa dos nativos e de sua sociedade para justificar e racionalizar a conquista e dominação europeia”, resultando de uma distorção de “elementos de realidade social e humana para garantir uma construção confortável da ideologia” (ALATAS, 1977, p. 2). Para o autor, a ideologia do capitalismo colonial visou a justificar e a legitimar o suposto

³ Syed Hussein Alatas é um intelectual da diáspora que realizou sua formação em universidades europeias e pesquisou países periféricos da Ásia e África. O autor é um dos precursores da análise das assimetrias na produção do conhecimento e dialoga criticamente com o contexto acadêmico no qual foi formado.

objetivo das metrópoles de modernizar e civilizar as sociedades que sucumbiram ao domínio das potências ocidentais. Ele complementa que o aviltamento ideológico do nativo, de sua história e sua sociedade variou de uma fantasia vulgar a uma erudição refinada.

A relação entre fantasia e erudição dos dominantes foi analisada por Said (2003). O autor propõe o conceito de orientalismo para analisar os sentidos criados pelos ocidentais (europeus e norte-americanos) para o Oriente. Um primeiro sentido, relacionado à fantasia vulgar, é o Oriente como um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens exuberantes e de experiências notáveis. Inspirado na visão de franceses e britânicos do Oriente como lugar de riqueza nas antigas colônias, aponta Said um segundo sentido, relacionado à erudição refinada, dado pela academia europeia, que definiu o orientalismo como estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica entre o Oriente e o Ocidente. Um terceiro sentido apontado pelo autor é o de que o orientalismo é “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.

Em contextos pós-coloniais, no entanto, Syed Alatas afirma que a imagem do nativo preguiçoso mudou e que os elementos ideológicos que o caracterizavam foram transformados. Ele comenta que “a imagem do nativo indolente, aborrecido, atrasado e traiçoeiro mudou para a de um nativo dependente que necessita de ajuda para subir a escada do progresso” (ALATAS, 1977, p. 8).

Esse processo de sujeição é retomado por Syed Alatas (2000) no conceito de imperialismo intelectual, desdobramento do imperialismo político, econômico, social e histórico da metrópole sobre a colônia. O sentido do imperialismo político e histórico é subjugar um povo a outro para obtenção de vantagem para os dominantes. O imperialismo intelectual se metamorfoseia como um modo de pensar inculcado nos povos subjugados a partir da assimetria metrópole-colônia. O conceito de imperialismo intelectual apresenta como características a exploração e o controle do poder subjugar sobre os dominados, a tutela, a conformidade, o papel secundário, a aceitação e o destaque de acadêmicos inferiores em contextos periféricos. Essas características expressam a sujeição dos povos subjugados pelo imperialismo intelectual que se conecta ao imperialismo político, econômico, social e histórico (ALATAS, 2000).

A exploração e o controle do poder subjugar sobre os dominados expressam-se no imperialismo político e econômico pelas metrópoles que exploram as matérias-primas das colônias que as industrializam e, posteriormente, redistribuem-nas para as colônias. Tal lógica é reproduzida por intelectuais e pesquisadores que vão à colônia para coletar dados primários, retornam às metrópoles, produzem teorias, publicam livros e artigos e, posteriormente, exportam teorias como produto finalizado para o país no qual foi realizado o trabalho de campo (ALATAS, 2000). Essa situação foi anteriormente analisada a partir dos casos indicados por Connell (2007).

A tutela tem como pressuposto que as pessoas da periferia sabem menos sobre praticamente todos os assuntos quando comparadas às pessoas da metrópole, por isso devem aprender ou ser ensinadas para adquirirem competências, de modo a alcançar fins e propósitos estabelecidos pela autoridade intelectual da metrópole. Por essa perspectiva, considera-se que pessoas da periferia não têm competência intelectual e precisam de tutela direta ou indireta, mediante formação ou outra forma de repasse de conhecimento (ALATAS, 2000).

A conformidade ocorre mediante o comportamento social do dominado de adaptar-se ou reproduzir o modo de pensar, a obediência às regras e ao uso acrítico dos cânones. O poder dominante acadêmico espera o uso sem questionamento do método de análise que ele referencia. Além disso, tem a expectativa de que seus temas de interesse sejam adotados e reproduzidos (ALATAS, 2000).

O papel secundário de acadêmicas e de acadêmicos da periferia expressam-se em sociedades acadêmicas, publicações, periódicos e conferências internacionais. É pouco frequente que essas pessoas assumam o controle acadêmico ou ocupem lugares de direção em instituições acadêmicas internacionais. Em congressos e conferências, há pouca distinção para intelectuais que não sejam de países centrais, que não tenham tido formação acadêmica nesses lugares ou não tenham realizado parte de suas carreiras acadêmicas em países centrais, aponta Syed Alatas (2000). Geralmente, acadêmicas e acadêmicos que se destacam a partir de temas específicos aos países periféricos tornam-se de interesse por conjuntura ou localização, mas não por sua universalidade, como é o caso dos estudos sobre desigualdades sociais, considerado na metrópole como características endêmicas dos contextos periféricos (ALATAS, 2000).

A aceitação pelo dominado do imperialismo intelectual e sua racionalização são uma das etapas necessárias para alcançar-se o progresso humano pela metrópole, além do reconhecimento de que o projeto de poder imperialista é “civilizar” os povos subjugados. Nessa perspectiva, acadêmicas e acadêmicos das sociedades periféricas, por não poderem alcançar o *status* de produtoras e produtores de conhecimento, devem reconhecer seu lugar na divisão internacional do trabalho intelectual e restringir-se a realizar estudos empíricos aplicando as ferramentas teóricas e metodológicas produzidas no centro (ALATAS, 2000).

Por fim, os quadros acadêmicos inferiores da metrópole que se mudam para a periferia e tornam-se elementos destacados, assim como no passado, eram os burocratas imperiais menos competentes e desprestigiados que eram enviados às colônias para administração. Acadêmicas e acadêmicos formados em países centrais que não conseguiram destaque ou vínculo em suas instituições de origem filiam-se a universidades ou centros de pesquisa da periferia e jactam-se de renomado saber com o qual não tiveram reconhecimento em seus próprios países (ALATAS, 2000).

O outro lado da moeda do imperialismo intelectual é a “mente cativa”, conceito também cunhado por Syed Alatas (1972) para caracterizar a relação de dependência nas ciências humanas do Oriente em relação ao Ocidente. A mente cativa é definida como uma “mente acrítica e imitativa dominada por uma fonte externa, cujo pensamento é desviado de uma perspectiva independente” (ALATAS, 1972, p. 692) e revela-se nos níveis teórico e empírico. Algumas das características da mente cativa são a incapacidade da acadêmica ou do acadêmico de ser criativo, definir problemas originais, elaborar métodos analíticos originais e a alienação quanto às principais questões da sua própria sociedade (ALATAS, 1972).

O conceito de mente cativa relacionado ao “efeito demonstração”, termo da economia, caracteriza o processo de mudança no comportamento do consumidor com objetivo de criar uma demanda para a compra de um produto. Baseia-se na frequência e na intensidade de estímulos para motivar a aquisição de bens. Os contatos com esses estímulos reforçam a superioridade do

produto a adquirir e um abandono do padrão de consumo anterior (ALATAS, 1972).

Nas ciências humanas em contextos periféricos, o efeito demonstração caracteriza-se pela importação de teorias do mundo euro-americano pelas as sociedades periféricas sem a devida contextualização sócio-histórica. Há um fosso entre essas ideias e o mundo da experiência que pode ser ampliado até o limite da perda de relevância de conceitos e teorias produzidos localmente, bem como a perda da dimensão do que é descoberta ou novidade (ALATAS, 1972).

Alguns efeitos da reflexão imitativa são a inadequação dos quadros teóricos e o hábito de discursar proposições gerais, abstratas, descontextualizadas ou redundantes, pois já são suficientemente conhecidas. A mente cativa obstaculiza o pensar autônomo dos vários momentos da atividade científica, como a configuração de problemas, a conceituação, a explicação, a compreensão e o domínio de dados, a abstração e a generalização (ALATAS, 1972).

A superação do pensar imitativo, característico da mente cativa, exige a exposição das fraquezas do padrão que está sendo imitado e as condições que levam à reprodução acrítica e à sua perpetuação como comportamento intelectual (ALATAS, 1972). Farid Alatas (2016) acrescenta que são necessários modelos, metodologias e conceitos alternativos para modificar, complementar ou substituir os padrões que são imitados.

Essas questões estruturam o padrão hegemônico de produção e circulação da divisão internacional do conhecimento. Além disso, fazem com que o lugar de elaboração e de expressão da produção teórica de intelectuais da periferia seja subalternizada e negam-lhes a possibilidade de se tornarem sujeitos na produção do conhecimento. Spivak (2010) indaga se o subalterno pode falar (e elaborar teorias), aponta críticas e possibilidades de responder essa questão.

A autora assume o discurso de resistência em favor do subalterno, mas reconhece que, mantidas as estruturas de poder e opressão, mantém-se o subalterno silenciado, mesmo quando se fala por ele. O intelectual que faz a opção pelo subalterno ainda está imbricado ao discurso hegemônico do ocidente, mesmo quando nega a determinação geopolítica. Para ela, “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente e há um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito” (SPIVAK, 2010, p. 24 e 25). Ela comenta que há, nos intelectuais que fazem opção pelo subalterno, uma “contradição constitutiva”, pois, ao fazerem um “discurso efetivamente heliocêntrico, preenchem o espaço vazio do agente com o sol histórico da teoria – o Sujeito da Europa” (SPIVAK, 2010, p. 36).

A autora afirma que esse intelectual utiliza a teoria como uma caixa de ferramentas que não possui nenhuma associação ao significante. Há uma ausência de diálogo do intelectual com o subalterno, mesmo quando o defende e afirma sua libertação da condição de opressão e exploração. A autora faz uma ácida constatação: o subalterno não possui agência, por isso não pode falar e ser ouvido. Para revelar as estruturas que permitem a expressão do pensamento do subalterno por ele mesmo, Spivak destaca que “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade”, ou seja, criar processos e espaços para que sejam ouvidos e para que sua fala seja considerada.

3 Dependência acadêmica nas relações centro-periferia

A análise das desigualdades na divisão internacional do trabalho intelectual inspira-se na Teoria da Dependência, na abordagem de Theotônio dos Santos (1970), a qual afirma que certos países subordinam seu desenvolvimento e expansão ao de outros. Santos (1970) destaca que os países dominantes podem expandir-se e tornar-se autossuficientes, enquanto os países dependentes apenas podem desenvolver suas economias a partir daqueles. Em paralelo aos processos econômicos e sociais, “as ciências humanas de países periféricos estão condicionadas pelo desenvolvimento e crescimento das ciências humanas dos países centrais, aos quais estão subordinadas” (ALATAS, 2003).

Assim, em um ambiente de conhecimento globalizado, a dependência ocorre quando algumas comunidades acadêmicas se expandem a partir de parâmetros de desenvolvimento e progresso autonomamente determinados, enquanto outras se desenvolvem por condicionantes determinados por aquelas comunidades (ALATAS, 2003). O resultado desse processo é a instituição de um sistema internacional que estabelece centros em países desenvolvidos e periferias localizadas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (CUETO, 1989).

Algumas características definem o centro na produção e difusão do conhecimento (ALATAS, 2003). A primeira é que esses países geram grande quantidade de pesquisas publicadas em periódicos revisados por pares, livros de referência e outras modalidades de divulgação científica. A segunda característica é o amplo alcance e repercussão das ideias e informações contidas nesses trabalhos. A terceira, e mais importante, é a capacidade de influenciar a produção do conhecimento nos demais países a partir da referência em pesquisas e em trabalhos publicados. O centro é o lugar a partir do qual o conhecimento é disseminado e cujos trabalhos são mais lidos e mais reconhecidos do que os produzidos em outros lugares. O centro também é o lugar para o qual são atraídos pesquisadores e pesquisadoras de outros lugares para obterem formação, acessarem informações e serem internacionalmente reconhecidos.

A periferia, por sua vez, caracteriza-se pela produção de ciência considerada atrasada e marginal no sistema internacional de produção do conhecimento, em termos de recursos, número de pesquisas, qualidade e quantidade de temas estudados. Um aspecto do atraso está relacionado ao reduzido número de referências e citações contabilizadas em *rankings* relacionados a periódicos de reputação internacional. Segundo esses indicadores, a periferia tem uma participação muito pequena na produção científica mundial (CUETO, 1989).

A relação entre comunidades acadêmicas centrais e periféricas é marcada por desigualdades. Farid Alatas (2003) aponta três características desse processo. A primeira diz respeito à possibilidade de realizar pesquisas teóricas e/ou empíricas. Em contextos centrais, há a possibilidade de realizar as duas modalidades, enquanto, nos contextos periféricos, geralmente é realizada a pesquisa empírica em que a teoria, na maioria das vezes, restringe-se a ser lente de interpretação dos dados, e pouca novidade teórica é produzida. A segunda característica é que pesquisadoras e pesquisadores dos centros podem optar por realizar investigações tanto em seus países de origem quanto em outros, enquanto pesquisadoras e pesquisadores da periferia geralmente realizam pesquisas somente em seus próprios países e contextos. A terceira e última

característica é a possibilidade de pesquisadoras e pesquisadores de países centrais realizarem pesquisas comparativas em diferentes contextos, enquanto na periferia há uma prevalência de estudos de caso como regra, pois a mobilidade é limitada em razão da restrição de recursos.

A relação centro-periferia nas ciências sociais é analisada por Farid Alatas a partir do conceito de dependência acadêmica. O autor relaciona esse conceito aos de imperialismo intelectual e mente cativa, propostos por Hussein Alatas e discutidos anteriormente. Farid Alatas reforça a análise de Hussein Alatas, seu pai, de que a academia reproduz o imperialismo intelectual tal como os países realizam o imperialismo econômico e político.

A dependência acadêmica pode assumir diferentes dimensões a partir de distintos processos (ALATAS, 2003). Tais dimensões são a dependência de teorias e metateorias, o controle dos meios de divulgação, a natureza tecnológica, a disponibilidade de recursos financeiros, a formação acadêmica em diferentes níveis e a fuga de cérebros.

A dependência de teorias e metateorias pressupõe a separação entre pesquisa empírica e teórica. No centro são produzidas as teorias, os métodos e determinadas as agendas de pesquisa, enquanto na periferia geralmente se produzem dados e se realizam as pesquisas empíricas, analisadas a partir de teorias produzidas nos centros de produção de conhecimento.

Os meios de divulgação são os periódicos científicos, os livros e as publicações eletrônicas em vários níveis e áreas de conhecimento. As esferas de controle e propriedade dos meios de circulação do conhecimento produzido são as editoras possuidoras dos direitos autorais de periódicos e de livros, além de páginas da internet pertencentes a instituições, grupos de pesquisa e eventos científicos especializados na divulgação do conhecimento produzido. Por intermédio do acesso a esses meios de divulgação, ampliam-se ou restringem-se o impacto dos trabalhos e o reconhecimento acadêmico.

A dimensão da natureza tecnológica informa que no centro há maior disponibilidade e domínio de equipamentos e sistemas informatizados para tratamento de dados e informações, bem como formação para sua utilização. Tais meios geralmente são de acesso restrito nos contextos periféricos, em razão de custos de aquisição ou de capacitação para uso. Os programas de análise qualitativa, por exemplo, são caros, o que restringe seu uso a instituições e grupos de pesquisa da periferia.

A disponibilidade de recursos financeiros para custeio influencia as agendas de pesquisa. Fundos de instituições de países centrais patrocinam investigações, intercâmbios, aquisição de livros e assinaturas de periódicos internacionais, além de outros meios, para instituições e grupos de pesquisadoras e pesquisadores, de acordo com interesses e agendas de temas previamente determinados pelo financiador, o que limita a liberdade de indicação de temas de pesquisa de acordo com as realidades locais.

A formação acadêmica em diferentes níveis reforça a dependência acadêmica por meio da transmissão de conhecimentos por professores do centro para pesquisadoras e pesquisadores que atuam em universidades e institutos de pesquisa periféricos. Esse processo ocorre como incentivo à formação em cursos de pós-graduação, principalmente para estudantes da periferia realizarem cursos em países centrais e posteriormente esses conhecimentos para instituições periféricas de ensino e pesquisa.

A fuga de cérebros não se relaciona somente à transferência de pesquisadoras e pesquisadores da periferia para o centro em busca de melhores condições de vida e de salários, mas também em busca de recursos materiais e financeiros para viabilizar projetos e pesquisas. É o caso de toda uma geração de pesquisadoras e pesquisadores africanos que realizou estudos de graduação em seus países de origem. Tiveram apoio de seus países para cursarem mestrado e doutorado em universidades da Europa e América do Norte, mas muitas dessas pessoas não retornaram aos países de origem entre as décadas de 1980 e 1990 (MKANDAWIRE, 1995).

As desigualdades entre centro e periferia na produção da ciência foram analisadas sob inspiração da Teoria da Dependência, conforme analisado anteriormente, e produziu o conceito de periferia científica para entender a localização espacial e geopolítica dos países atrasados no panorama mundial do conhecimento. Cueto (1989) critica a rigidez do conceito de “ciência periférica”, decorrente dessa análise, por não reconhecer a dinâmica da atividade científica local, nem as interações, matizes e resistências que existem entre a ciência produzida no centro e na periferia. O autor propõe o uso do conceito de “ciência na periferia” para ressaltar que nem toda a ciência produzida nos países periféricos é marginal ou de baixa qualidade, comparada ao cenário mundial. Para Cueto (1989), o trabalho científico na periferia tem suas próprias regras que devem ser entendidas não como reflexos do atraso ou da modernidade, mas como parte de sua própria cultura e das interações com a ciência internacional.

O caso da internacionalização do pensamento de Paulo Freire encontra-se com a análise de Cueto e as possibilidades de repercussão internacional de um conhecimento elaborado a partir de contextos periféricos. A teoria de Freire transcendeu as fronteiras espaciais e acadêmicas do sistema mundo de produção e circulação do conhecimento e tornou-se referência mundial. Trata-se de um percurso inverso ao que geralmente ocorre no circuito internacional de circulação do conhecimento no qual a teoria elaborada ou sistematizada por autores do Norte Global é posteriormente reproduzida e adaptada em países periféricos.

A repercussão do pensamento de Paulo Freire pelo mundo reforça o questionamento às hierarquias cognitivas como relação entre sujeitos e lugares de produção e reprodução do conhecimento. Paulo Freire transcende essas hierarquias. Ele elaborou uma teoria do conhecimento e da educação a partir de realidades periféricas marcadas por desigualdades sociais, políticas, econômicas e tornou-se cânone internacional. Freire é um dos autores mais citados na literatura acadêmica mundial e seu pensamento tem ampla repercussão e em diferentes matrizes disciplinares. Sua obra é referência em debates acadêmicos, projetos de desenvolvimento, movimentos sociais e processos de mudança política.

Nessa direção, Cueto (1989) aponta que a compreensão dos processos de produção da ciência na periferia deve ultrapassar os modelos previamente definidos, como a polarização centro-periferia, e buscar identificar problemas de pesquisa ligados ao contexto local. Ele ressalta que os modelos de produção e validação das pesquisas são adaptados dos estudos realizados no mundo industrializado, nos quais o autor destaca dois problemas. O primeiro é que nem sempre esses estudos capturam a riqueza de informações que surge das diferentes sociedades e das experiências em contextos periféricos. O segundo é que há uma separação entre o que é estudado na periferia como algo particular ou exótico, o que dificulta a compreensão da semelhança dos

problemas que podem ser da mesma natureza dos estudados no centro. Cueto (1997) sugere que os estudos de caso devem relacionar-se a questões ou problemas gerais de pesquisa, de modo a superar as tentações do localismo e reafirmar os principais componentes da ciência, entre os quais está a perspectiva comparativa.

Cueto desafia repensar as desigualdades entre centro e periferia e aponta perspectivas de que nem toda ciência produzida na periferia é marginal ou de baixa qualidade. Pelo contrário, a ciência na periferia pode responder aos desafios localmente apresentados e universalizar-se pelo diálogo com a ciência produzida em diferentes lugares do mundo.

4 Considerações finais

A produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas se organizam majoritariamente a partir de hierarquias entre centro e periferia. A análise de como o conhecimento científico é legitimado, a partir de lugares e sujeitos, possibilita compreender a relação geopolítica estabelecida. O diálogo entre teoria e contextos de pesquisa permite desvelar a estruturação de modos de pensar e conhecer a realidade a partir de relações de saber e poder.

Duas linhas de argumentação foram desenvolvidas neste para validar o argumento de que a produção e a circulação do conhecimento se organizam por hierarquias entre centro e periferia: a análise da geopolítica da produção e da circulação do conhecimento nas ciências humanas e a dependência acadêmica nas relações centro-periferia.

As geopolíticas da produção e da circulação do conhecimento se organizam pela assimetria na divisão internacional do trabalho por meio de um corpo teórico reconhecido como cânone, pelo método comparativo e pela apropriação de contextos periféricos como fonte de dados. O processo se funda na ideologia colonial, por meio do “mito do nativo preguiçoso” e dos conceitos de “imperialismo intelectual” e “mente cativa”. Essas questões organizam o padrão hegemônico da divisão internacional do conhecimento e obliteram a expressão da fala e do pensamento da periferia.

A dependência acadêmica nas relações centro-periferia ocorre por diferentes meios e processos e fundamentam uma relação entre uma ciência superior, avançada e que dispõe de meios para se desenvolver, enquanto uma ciência subalterna caracteriza-se pela reprodução de teorias e métodos, é carente de recursos e possui precária estrutura.

Por outro lado, as desigualdades entre centro e periferia precisam ser repensadas de modo a ressaltar que nem toda ciência produzida na periferia é marginal ou de baixa qualidade. É necessário realçar que a produção do conhecimento na periferia tem sua própria gramática, é parte de uma cultura acadêmica particular e responde aos desafios apresentados localmente em interação com a ciência mundialmente elaborada. Assim, pesquisadoras e pesquisadores da periferia, dada a relação próxima com os objetos sociais analisados, são desafiados, de múltiplas maneiras, a interpretar processos dinâmicos que requerem permanente reflexão e questionamento da teoria. Tais aspectos podem delinear uma nova relação entre o lugar geopolítico de produção do conhecimento e a validade de pesquisa e descobertas científicas realizadas a partir do lugar em que se está.

Referências

- ALATAS, F. S. Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, nov. 2003.
- ALATAS, F. S. Captive Mind. In: RITZER, G. (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Nova Jérsei: John Wiley & Sons, 2016.
- ALATAS, S. H. Intellectual imperialism: definitions, threats and problems. *Shouteast Asian Journal*, v. 28, n. 1, p. 23-25, 2000.
- ALATAS, S. H. The captive mind in development studies. *International Social Science Journal*, v. 24, n. 1, p. 9-25, 1972.
- ALATAS, S. H. *The Myth of the Lazy Native: a study of the image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th century and its function in the ideology of colonial capitalism*. Londres: Frank Cass and Company Limited, 1977.
- AUSTIN-BROOS, D. J. *Arrernte present, Arrernte past: invasion, violence, and imagination in indigenous central Australia*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press. 2009.
- CONNELL, R. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press: 2007.
- CUETO, M. *Excelencia científica en la periferia: actividade científicas e investigação biomédica en el Perú, 1890-1950*. Lima: GRADE-CONCYTEC, 1989.
- CUETO, M. Science under adversity: latin american medical research and american private philanthropy, 1920-1960. *Minerva*, v. 35, p. 233-245, 1997.
- MARTÍN, E. How to write a good article: current. *Sociology*, v. 62, n. 7, p. 949-955, 2014.
- MKANDAWIRE, T. Three generations of african academics: a note. In: CODESRIA Bulletin, n. 3, 1995.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). *Semear outras soluções*. Porto: Afrontamento, 2004.
- SANTOS, T. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, maio 1970.
- Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 221 – 233, jan./jun. 2020

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth Century*. California: University of California Press, 2011.